A close-up photograph of a hand holding a metal handcuff. The handcuff is silver-colored and has a circular ring at the top. The hand is positioned in the upper left corner of the frame. The background is a blurred view of prison bars, with vertical and horizontal metal bars creating a grid pattern. The lighting is soft, and the overall tone is somber.

Joyce Conceição Santos Soares

A INEFICIÊNCIA DO REGIME SEMIABERTO NO BRASIL

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Joyce Conceição Santos Soares

A INEFICIÊNCIA DO REGIME SEMIABERTO NO BRASIL

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Soares, Joyce Conceição Santos
S112A A INEFICIÊNCIA DO REGIME SEMIABERTO NO BRASIL

/ Joyce Conceição Santos Soares. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

47 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl304

ISBN: 978-65-89955-24-5

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. sistemaprisional 2. regimesemiaberto 3. direitopenal I. Soares, Joyce Conceição Santos II. Título

CDU: 340

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl304>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

Dr. Anderson Reis de Sousa

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2021

10.37423/2021.edcl304

Primeiramente, agradeço Deus, por ter guiado meu caminho, e me dado força para me levantar e lutar todos os dias. A minha mãe Abadia por ter me proporcionado a chance de cursar e concluir a curso que sempre sonhei, e ao meu pai José Eurípedes por ter despertado em mim a força de vontade de perseguir nos estudos, sempre acreditando na minha capacidade, inclusive quando eu mesma descreditei. À minha orientadora Auriluce Pereira Castilho pela paciência. Á Danielly pela amizade e apoio.

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso aborda a temática de como está sendo a execução das penas impostas em regime semiaberto. Por essa razão, o problema se apresenta é como está sendo aplicado o regime semiaberto no Brasil? O objetivo geral da pesquisa é apresentar a todos a execução do regime supracitado e analisar a estrutura que é oferecida a todas as cidades que possuem unidades prisionais, além de sua execução ou tentativa da mesma, com o fito de despertar em todos os leitores deste trabalho a curiosidade de conhecer o que é o chamado regime semiaberto e os estabelecimentos que a cumprem, assim como os que deixam de cumprir as regras impostas pela legislação, justamente por não contarem com a infraestrutura necessária para tal feito. ; identificar a falha do estado perante essas situações; e avaliar a real necessidade deste regime, tendo em vista que não são todos os locais que conseguem oferecer aos condenados condições para execução do mesmo. O trabalho em questão utilizou o método dedutivo partindo da análise de dispositivos legais, livros, jurisprudências e acervos online mediante pesquisa bibliográfica como fontes primárias. Com o fulcro de despertar o interesse de todos para estudar e analisar a real condição do Sistema Carcerário no que tange ao regime mencionado.

Palavras-chave: regime semiaberto. Sistema Prisional.

Sumário

INTRODUÇÃO	6
1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	8
1.1. DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS.....	9
1.2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	10
1.2.1. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA.....	10
1.2.2. PRINCÍPIO DO DIREITO AO SILÊNCIO E A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	12
1.2.3. PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO	13
1.2.4. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL	14
1.3. DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEVERES DO PRESO	15
1.4. TRATADOS INTERNACIONAIS	17
2. DAS PENAS NO BRASIL	20
2.1 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	24
2.2 – PENA RESTRITIVA DE DIREITO	25
2.3 – REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	26
3. REGIME SEMIABERTO	30
3.1 – QUANTIDADE DE PRESOS	34
3.2 – TRABALHO EXTERNO E TRABALHO INTERNO.....	35
3.3 – FALÊNCIA DO REGIME SEMIABERTO E SEUS JULGADOS.....	37
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

Este trabalho abordou o tema A crise da Execução Penal no Brasil e do Regime semiaberto, no intuito de sanar o seguinte problema: Considerando a atual situação do sistema de execução penal no Brasil, como está sendo aplicado o regime semiaberto no Brasil?

Sabe-se que no ordenamento jurídico brasileiro existem três formas de penas previstas com fulcro no artigo 32 do Código Penal, sendo elas: penas privativas de liberdade, penas restritivas de direito e penas de multa, sendo as penas restritivas de liberdade classificadas de duas formas: detenção ou reclusão, que podem ser cumpridas nos regimes fechado, semiaberto e aberto.

A aplicação dos regimes prisionais tem como principal intuito a ressocialização do indivíduo no meio social, todavia, é notório que tal intenção não tem atingido seu objetivo, uma vez que a mídia informativa traz isso de forma explícita, noticiando vários crimes que são cometidos após o cumprimento da pena do indivíduo ou até mesmo durante o cumprimento em regimes brandos como regime semiaberto ou aberto, é válido lembrar que a pena cumprida em regime semiaberto exige que o indivíduo saia durante o dia para estudar ou trabalhar, mas que retorne ao findar da tarde para dormir em cela, o que acontece em poucos estabelecimentos prisionais, vez que não são todos que contam com a infraestrutura adequada.

Partindo desse pressuposto, este trabalho tem como objetivo geral verificar a atual situação jurídica e a social do sistema de execução penal brasileiro, a fim de constatar se, na prática, a pena cumprida no regime semiaberto cumpre os objetivos entabulados na Lei de Execução Penal. Objetivos estes que serão apresentados em tópicos, iniciando pelos Direitos e Garantias Fundamentais, logo após é feita uma explanação acerca das penas no Brasil e finalizando este trabalho o terceiro capítulo retrata o Regime Semiaberto.

Para tanto, foram estipulados como objetivos específicos identificar os fundamentos e a finalidade da pena de prisão no ordenamento jurídico brasileiro, classificar os regimes prisionais e conceituar o regime prisional semiaberto, destacando sua fundamentação legal, suas características e objetivos e, por fim, analisar com base em dados de estatísticas do Conselho Nacional de Justiça e jurisprudências dos Tribunais de Justiça acerca do regime semiaberto nas execuções penais, comparando aos preceitos constitucionais e à Lei de Execuções Penais.

A justificativa jurídico-social para a investigação do presente tema tem como alicerce despertar o interesse da sociedade a conscientiza-la dos regimes contidos neste País, com enfoque no regime

semiaberto, vez que na maioria dos locais não é realizada sua devida execução, conforme determina a lei. O cumprimento da pena em qualquer regime é assunto presente e recorrente, posto isto, abordá-la é promover um alerta social-ético-moral levando sociedade, de forma clara como como é a realidade de tal assunto. A abordagem do tema é indispensável à sociedade como um todo, tendo em vista que é de interesse de todos.

A relevância científica da pesquisa justifica-se por despertar sobre a realidade da forma com o que as penas no regime semiaberto em sendo cumprida, a intenção de despertar o interesse da sociedade para que a mesma tenha conhecimento, mesmo que pouco, da forma com que o indivíduo que descumpriu a lei e foi condenado em tal regime, cumpre sua pena. Uma pesquisa deste cunho é importante para que seja haja uma maior atenção em localidades que não contam com a infraestrutura necessária para atender ao reeducando.

O trabalho foi desenvolvido mediante o processo metodológico dedutivo, que parte do geral ao específico sendo considerado irrealista, partindo da Lei de Execução Penal. Foram utilizadas como fontes primárias: a Constituição Federal de 1988, o Código Penal e a Lei de Execuções Penal; e como fontes secundárias: livros e artigos publicados on-line, haja vista que alguns autores utilizam a linha de pensamento de outros, adicionando-as em suas obras.

De início, no primeiro capítulo, é feita uma abordagem histórica do surgimento e evolução dos Direitos Fundamentais e Direitos humanos, sendo que cada um dos assuntos é conceituado e explicado de forma isolada. Em seguida, os Princípios Fundamentais da Constituição Federal Brasileira de 1988 são apresentados de maneira pormenorizada, princípio por princípio e, em seguida, outro tópico abrange os direitos fundamentais do preso, que será um dos fundamentos do presente trabalho. Adiante, é realizada a exposição dos princípios relacionados ao tema.

O segundo capítulo apresenta, de forma extensa e explicativa, a classificação das penas e, também, um resumo do Sistema Prisional. Por fim, no presente trabalho, buscou-se explanar sobre os regimes para cumprimento da pena, sejam eles o fechado, semiaberto e aberto.

Nesse contexto, o terceiro capítulo, traz à tona, o regime semiaberto, a Lei de Execução Penal Brasileira, julgados de tribunais, estatísticas e o direito à remissão da pena, a fim de analisar o funcionamento do regime prisional semiaberto.

Após citar e diferenciar os regimes, aproveita-se para estudar a progressão de regime. Posteriormente é abordado sobre o papel da política no que tange aos regimes brasileiros e seu papel dentro da política de segurança pública e defesa externa.

Adiante, abrange-se os problemas de falta de vagas aos reeducandos e suas problemáticas, apresentando dados estatísticos, diante das informações e estatísticas buscadas, são analisadas a falta de estrutura para a ressocialização do indivíduo, assim como também é analisado o problema da falta de vagas para mantê-lo preso em regime fechado, dessa forma é no terceiro capítulo que é evidenciada a problemática e ineficiência do regime semiaberto atualmente.

1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

O homem precisa viver em sociedade, mas como forma de garantir essa existência se fez necessário a criação de regras para que o convívio social fosse possível. No decorrer da evolução do homem se fez necessário várias lutas para que essas regras se consubstanciassem em direitos, garantindo a proteção do cidadão frente as divergências sociais e temporais.

Assim, os direitos surgem para disciplinar as relações sociais e colocar limites na sociedade estabelecendo uma hierarquia entre os diversos direitos criados, sejam positivados ou não. Somente após diversas conquistas e guerras foram estabelecidos os direitos humanos em conjunto com os direitos fundamentais.

Em análise acerca da história dos Direitos Fundamentais, nota-se que as principais bases foram a filosofia e a religião e, com o passar dos anos, houve o aprimoramento¹, passando a ser codificado na *Declaração do Direitos do Homem e do Cidadão*, que obteve sua formulação no ano de 1789, além da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* formulada pela Organização das Nações Unidas, no ano de 1948,² cujo intuito basal foi a proteção do indivíduo contra o Poder Estatal, que era força maior em relação a sociedade como um todo.

O Brasil teve, ao todo, vinte textos constitucionais e, desde o ano de 1988, conta com a regedora e protetora Constituição Federal, conhecida como a Constituição Cidadã, que trouxe a separação dos direitos em individuais e sociais, ou seja, o direito em si de cada ser humano como pessoa e de forma plural, como sociedade, consubstanciando também como compêndio de direitos indispensáveis à limitação do Estado diante do indivíduo e da sociedade, que é a parte vulnerável do todo.

Ao observar o decorrer das conquistas sociais no que se refere aos seus direitos, nota-se que, em outras palavras, foi a sociedade democrática que estabeleceu condições mínimas para o bem

individual e comum, com base em seus costumes, e deu ao legislador a função de codificar em forma de direitos essas necessidades individuais e coletivas, como forma de perpetuar e dignificar a sobrevivência humana. Além disso, sabe-se que a lei acompanha a sociedade, sendo moldada conforme a modificação temporal dos costumes, mas os direitos e garantias fundamentais são cláusulas imutáveis, no sentido de que não podem regredir para excluir o direito conquistado pelo indivíduo como ser humano em sociedade.

Sabendo que alguns dos direitos fundamentais são intrínsecos e necessários à sobrevivência humana, se faz necessário o estudo e conceituação dos direitos humanos enquanto matéria, o que será realizado a seguir.

1.1. DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

Os direitos dos Homens ou Humanos, como também podem ser chamados, surgiram no contexto jurídico, segundo Ives Gandra, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, como produto da Revolução Francesa de 1789, e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, formuladas pela ONU, no ano de 1948³. Na Constituição Federal de 1988 tais direitos foram elencados de forma conjunta em seu artigo 5º e seus diversos incisos. Nas palavras de Wolfgang:

A Constituição Federal foi a primeira a utilizar as expressões Direitos e Garantias Fundamentais como abrangendo as diversas espécies de direitos, que de acordo com a terminologia e classificação consagrada no direito constitucional positivo brasileiro vigente, são os assim chamados direitos e (deveres) individuais e coletivos, os direitos sociais (incluindo os direitos dos trabalhadores), os direitos de nacionalidade e os direitos políticos.⁴

No que diz respeito aos Direitos Fundamentais sabe-se que são divididos em duas esferas, sendo que, de um lado, o artigo 5º da Constituição Federal traz um rol de regras normativas para garantir os direitos básicos de cada indivíduo, sendo considerados o direito à vida, a liberdade, direito à segurança, a saúde, a educação, dentre outros, e de outro, os Direitos Sociais estão elencados no artigo 6º e, de acordo com Ingo Wolfgang, a Constituição Federal de 1988 foi pioneira em augurar um título específico para tais direitos.⁵ Nas palavras de Alexandre de Moraes:

A constitucionalização dos direitos humanos fundamentais não significou mera enunciação formal dos princípios, mas a plena positivação de direitos, a partir dos quais qualquer indivíduo poderá exigir sua tutela perante o Poder Judiciário para concretização da democracia.⁶

A principal diferença conceitual entre os direitos fundamentais e os direitos humanos é o fato de que os Direitos Humanos são direitos reservados também internacionalmente, ou seja, caso o ordenamento brasileiro deixe de cumprir as responsabilidades ajustadas nos Tratados Internacionais,

a fonte externa o cobrará e o punirá por isso. Já os direitos fundamentais são de origem interna e englobam os direitos humanos. Ingo Sarlet ainda complementa:

Destinatários dos direitos e garantias fundamentais são, em contraposição aos titulares, os sujeitos passivos da relação jurídica, em outras palavras, as pessoas físicas ou jurídicas (de direito público ou privado) que estão vinculadas pelas normas e direitos fundamentais.⁷

Em outras palavras, é a sociedade democrática que estabeleceu condições mínimas para o bem individual e comum, com base em seus costumes, e deu ao legislador a função de codificar em forma de direitos essas necessidades individuais e coletivas, como forma de perpetuar e dignificar a sobrevivência humana. E as duas formas de direito nada mais são que a proteção e controle dos direitos humanos somando as normas de direito interno e as normas de direito internacional.

Estando assim, conclui-se que os direitos humanos e direitos fundamentais são as premissas dos demais direitos, protegendo e garantindo que pessoas físicas e jurídicas tenham seus direitos e deveres assegurados, seja em relação a sociedade ou ao poder do Estado, uma barreira que protege os mais fracos dos poderes Estatais, direitos esses que são intimamente ligados a diversos outros direitos, inclusive, as garantias e deveres são total ou parcialmente baseado nos direitos fundamentais.

1.2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º estão elencados os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, enquanto Estado democrático de direito, sendo eles a soberania, cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa e o pluralismo político. Um dos princípios que serão trabalhados neste capítulo será o princípio da dignidade da pessoa humana, tendo em vista que todo este trabalho terá como base inicial os direitos humanos e seus desdobramentos.

No entendimento de André Ramos, os princípios fundamentais são de certa forma, fontes imediatas das demais normas jurídicas, sendo utilizados muitas vezes como forma de interpretação.

1.2.1. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

A dignidade da pessoa humana trata-se de um valor espiritual e moral, tendo como objetivo manter o respeito ao indivíduo e em suas condições básicas de sobrevivência, com dignidade e segurança. Para André Ramos, tal princípio norteou como direito absoluto o mundo jurídico, tratando de um princípio máximo a que todas os outros princípios devem se basear e respeitar.

Ao longo deste trabalho haverá explanação acerca dos direitos do preso relacionados ao princípio da dignidade humana, haja vista que a execução do princípio da dignidade deve começar desde o momento da prisão, como será explicado de forma detalhada em tópico próprio.

Uma vez que o presente trabalho expõe a situação do preso enquanto pessoa sujeita às sanções impostas pelo Estado, faz-se necessário o estudo do princípio da dignidade da pessoa humana, já que ele é uma das bases do estado democrático de direito em que se espelha a Constituição Federal de 1988.⁸

[...] a Constituição de 1988 adotou uma decisão política fundamental: inserir o princípio da dignidade humana como princípio fundamental da República Federativa, proporcionando um conteúdo substancial ao sistema jurídico. Essa meta é uma demonstração da subserviência do Estado ao ser humano; da posição de anterioridade da pessoa ao ordenamento e, principalmente, da supremacia dos valores, agora positivados em princípios (ROSENVALD, 2005, p. 51).⁹

O que se depreende do princípio da dignidade, é a valorização da pessoa humana, situando-a em um patamar superior ao do próprio Estado, que é criado para atender às necessidades humanas de igualdade e justiça.

Tem-se como conceito de dignidade da pessoa humana, nas palavras de Ingo Sarlet:

[...] a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.”¹⁰

Nesses termos, a dignidade é que se configura como fundamento da igualdade jurídica. Ser humanamente digno de direitos é a situação em que a pessoa exerce, em igualdade de condições, o que lhe é assegurado.

Ademais, o princípio da dignidade da pessoa humana traz, além da valorização do ser humano, proporcionando a igualdade e justiça social, a exigência de cuidados mínimos que o Estado deve garantir para a vida digna de uma pessoa enquanto cidadão. Nas palavras de Alexandre de Moraes:

A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas como seres humanos.¹¹

A ideia do referido princípio será compreendida em todos os artigos cujo objetivo seja amparar e resguardar os direitos fundamentais e imprescindíveis do indivíduo, uma vez que todas as normas se baseiam neste princípio, como já citado antes. Além de limitar o poder Estatal o princípio ainda norteia e determina os limites a serem considerados, seja punitivo ou livre, uma vez que mesmo preso o indivíduo deverá continuar usufruindo de todos os direitos assegurados, como será melhor explanado adiante no tópico que se refere ao direito dos presos.

É o que dispõe o artigo 1º, III, da Constituição Federal de 1988 “ A república Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III- a dignidade da pessoa humana”. Pode-se perceber então com isso que o principal fundamento para o Estado Democrático de Direito seria a dignidade da pessoa humana.

1.2.2. PRINCÍPIO DO DIREITO AO SILÊNCIO E A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Em relação ao direito ao silêncio e a não autoincriminação, o seu principal objetivo é preservar e proteger o direito de se silenciar seja durante a investigação ou em juízo, um exemplo clássico seria a famosa frase dita por agentes durante a prisão, que se resume em “Você tem o direito de permanecer em silêncio”, outro exemplo é quando durante a audiência de custódia, o Douto Juiz de Direito diz ao indivíduo que o mesmo tem o direito de permanecer calado e não responder o que lhe será perguntado durante o ato processual.

O direito acima mencionado tem como função primordial, evitar que o acusado ou aprisionado produza provas contra si mesmo, o direito ao silêncio deflui da regra constitucional prevista no artigo 5º, LXIII, da CF, conforme explica Pacelli.¹² O referido artigo traz que o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.¹³

O que de forma sucinta está interligado ao princípio do Estado de Inocência, que conforme explica Renato Brasileiro foi acolhido no art. 9º da Declaração de Direitos do Homem o ano de 1789, além da

disposição feita pela ONU, em seu artigo 11.1¹⁴ que diz que todo indivíduo acusado de praticar delito tem o direito a presunção de inocência até que se prove o contrário. Do princípio da presunção de inocência derivam duas regras fundamentais: a regra probatória e a regra de tratamento”.¹⁵ Regras essas que serão melhor explanadas nos princípios seguintes.

A regra probatória ou como é mais conhecido “In dubio pro reo”, se encaixa perfeitamente no ditado popular “quem acusa tem que provar”, ou seja, a obrigação da prova probatória é de quem acusa, e não do acusado de provar sua inocência. Essa regra sempre deverá ser usada quando a situação delituosa apresentada deixar dúvidas em relação a decisão, ressalta-se que na dúvida a decisão deverá favorecer o acusado.

Conforme explica Renato Brasileiro:

O in dubio pro reo só incide até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Portanto, na revisão criminal que pressupõe o trânsito em julgado de sentença penal condenatória ou absolutória imprópria, não há de falar em in dubio pro reo, mas sim em in dubio contra reo. O ônus da prova quanto as hipóteses que autorizam a revisão criminal recai única e exclusivamente sobre o postulante, razão pela qual, no caso de dúvida, deverá o Tribunal julgar improcedente o pedido revisional.¹⁶

Ainda, é fundamental esclarecer que no Artigo 5º, inciso LVII da Constituição de 1988, está previsto que: “ninguém será considerado culpado até trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Esta é a base codificada do princípio da presunção de inocência, que impede o lançamento do nome do réu no rol dos culpados antes que da sentença condenatória não couber mais recursos.

1.2.3. PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO

O princípio da ampla defesa e do contraditório é encontrado na Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, inciso LV, prevendo que, aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes¹⁷.

Dessa forma, o princípio do contraditório possui como base dois elementos, sendo eles o direito à informação e o direito de participação, ou seja, é um direito de ambas as partes se pronunciarem para que um não saia prejudicado por falta de oportunidade de expor o seu lado em determinada situação, é uma forma das partes de formam um convencimento do juiz. Nas palavras de Pacelli:

O contraditório então não só passaria a garantia de participação no processo como meio de permitir a contribuição das partes para a formação do convencimento do juiz e, assim, para o provimento final almejado, a doutrina moderna, sobretudo a partir do italiano Elio Fazzalari, caminha a passos largos no sentido de uma nova formulação do instituto, para nele incluir, também, o

princípio da *par conditio* ou da *paridade de armas*, na busca em efetiva igualdade processual.¹⁸

No que tange ao direito à ampla defesa pode-se dizer que é norte do contraditório, ou seja, ambas as partes têm o direito a defenderem suas teses e expor o motivo que sustenta o que cada um diz, seja a parte da acusação ou a parte da defesa. Quando a Constituição Federal assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral a ampla defesa, entende-se que a proteção deve abranger o direito à defesa técnica (processual ou específica) e à autodefesa (material ou genérica), havendo entre elas relação de complementariedade, conforme explica Renato.¹⁹

No mais, conclui-se que um princípio não existe sem o outro, vez que para apresentar uma defesa, é necessário que haja uma acusação, o contraditório virá para rebater a acusação imposta, e apresentar suas alegações com a expectativa de inocentar-se. Ressalta-se que esse tipo de princípio será aplicado dentro da ação penal, uma vez que dentro do Inquérito Policial não há como defender-se.

1.2.4. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL

O princípio do juiz natural está entre os princípios fundamentais da função jurisdicional, uma vez que este princípio está intimamente ligado a imparcialidade do juízo, impedindo que o indivíduo seja julgado ou processado a não ser pela autoridade competente, ou seja, tal autoridade deverá ter sido empoderada pela Constituição antes de ocorrer o fato, tratando-se de um órgão competente. Tem-se, como por exemplo, o caso dos crimes de menor potencial ofensivo, que não podem ser julgados por outro juiz a não ser o constituído para o âmbito do Juizado Especial, que é o juízo natural da ação.

A Constituição Federal de 1988 delimita o princípio do juiz natural no artigo 5º, inciso LIII, ao determinar que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente²⁰.

Nas palavras Capez o “o juiz natural é, portanto, aquele previamente conhecido, segundo regras objetivas de competência estabelecidas anteriormente a infração penal, investido de garantias que lhe assegurem absoluta independência e imparcialidade”.²¹

Analisando o entendimento de Capez, conclui-se que o juiz competente, nada mais é que aquele cuja competência foi determinada de forma constitucional, antes fato ocorrer, cada qual com o assunto que lhe compete. O princípio da imparcialidade do juiz na execução, está intimamente ligado ao do juiz natural, uma vez que sendo juiz natural o mesmo não conhecerá o indivíduo, e assim agirá consequentemente de forma imparcial.

Caso ocorra que ainda assim o juiz competente conheça o processado, o que ocorre bastante em cidades pequenas, nesses casos o magistrado deverá ser considerado suspeito para julgar tal processo e, então, substituído por outro magistrado competente.

1.3. DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEVERES DO PRESO

No que diz respeito aos direitos dos presos, muitas pessoas imaginam que ao ser preso, o indivíduo perde todos os direitos, mas este é um enorme engano. O único direito fundamental que o preso perde, momentaneamente, é o direito a “liberdade de ir e vir”, ou seja, ele perde, enquanto durar a sua pena em regime fechado, o direito à liberdade e não todos os seus direitos fundamentais. O preso continuará exercendo a maioria de seus deveres e direitos fundamentais garantidos pela constituição assim como qualquer outro ser humano em liberdade.

É assegurado o respeito à integridade física e moral do preso, dessa forma, o fato de estar encarcerado não o faz perder todos direitos e garantias anteriormente citados. Em seu artigo 5º, inciso III a Constituição Federal de 1988 ainda determina que ninguém deverá ser submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, norma que garante a um tratamento digno à pessoa presa. Nas palavras de Luiz Alberto David Araújo:

A proibição de tortura, de imposição de tratamento desumano ou degradante é norma didática dentro do texto constitucional. A proteção já estaria contida no direito à vida, já consagrado em todas as constituições brasileiras. No entanto, a explicação tem caráter didático e pretende relembrar os destinatários da norma e, especialmente as autoridades encarregadas do processo de investigação criminal.²²

Ainda, no rol dos direitos fundamentais do preso, a Constituição Federal assegura o direito ao silêncio, isto é, que ninguém está obrigado a produzir provas contra si mesmo. Além disso, conforme garante a Carta Magna ao preso, assim como a qualquer outro indivíduo, é assegurado o direito à integridade física, não podendo sofrer lesões ou maus-tratos. Como exemplo prático nos atos processuais, tem-se a audiência de custódia, em que um de seus objetivos é questionar ao preso se houve alguma ofensa aos seus direitos e a sua integridade física e moral.

Outro direito assegurado ao preso pela Constituição é o que consta no artigo 5º, inciso XLVII, que discrimina as penas que não deverão ser aplicadas, tais como: pena de morte, pena de caráter perpétuo, trabalhos forçados, banimentos e penas cruéis. Sobre isso Greco preleciona: “Como se percebe, a proibição de tais penas atende a um dos fundamentos de nosso Estado Democrático de

Direito, previsto no inciso III do art. 1º da Constituição Federal, que é a *dignidade da pessoa humana*.”²³

De outro lado, o inciso XLVIII, do artigo 5º da Constituição Federal também traz a forma e local em que as penas deverão ser cumpridas, sendo estabelecimentos distintos, conforme as características do indivíduo, como sexo, idade e gravidade do delito cometido. No momento da prisão, o indivíduo sob custódia deverá ser informado sobre seus direitos, como determina a Constituição Federal.²⁴

No que tange a direito das mulheres presidiárias deverão ser oferecidas condições para que possam amamentar seus filhos durante o período de amamentação.

Segundo Fernando Capez:

Os mais importantes princípios penais derivados da dignidade da pessoa humana são: legalidade, insignificância, alteridade, confiança, adequação social, intervenção mínima, fragmentariedade, proporcionalidade, humanidade, necessidade e ofensividade²⁵.

Na sequência, o inciso XL, do artigo 5º da Constituição Federal destaca que nenhuma lei retroagirá, exceto para benefício do réu. Esta norma está diretamente ligada ao princípio da legalidade e tem como fundamento a irretroatividade da lei e da anterioridade da lei penal. Sendo assim caso o delito tenha sido cometido em determinada data e a lei sofre alguma reforma após tal data, a mesma não irá servir como punição neste fato, com exceção se a mudança beneficiar o indivíduo. No entendimento de Capez sobre o assunto:

Não se submete ao princípio da retroatividade em benefício do agente. Nos termos do art. 2º o Código de Processo Penal, a norma de caráter processual terá incidência imediata a todos os processos em andamento, pouco importando se o crime foi cometido antes ou após sua entrada em vigor ou se a inovação é ou não mais benéfica. Importa apenas que o processo esteja em andamento, caso em que a regra terá aplicação, ainda que o crime lhe seja anterior e a situação do acusado, agravada.²⁶

Na visão de Luiz Régis Prado²⁷ tal princípio está diretamente ligado aos princípios que condicionam a vigência da lei penal no tempo. Sendo o referido princípio fundamental para a segurança e estabilidade nas relações sociais e de segurança dos direitos individuais, vez que o indivíduo não será prejudicado durante a execução da pena, caso uma nova lei agrave as condições de cumprimento da sanção.

São direitos fundamentais dos presos, a alimentação e vestuário, a atribuição de trabalho e sua remuneração, exercícios das atividades profissionais, intelectuais, assistência material, a saúde, assistência jurídica, educacional, social e religiosa, igualdade de tratamento, salvo quando há exigências de individualização da pena, conforme preconiza a Lei de Execução Penal.

Nota-se que, como já dito anteriormente, os direitos dos presos permanecem os mesmos, com exceção de ir e vir. Segundo Capez, “é importante frisar que, uma vez mantidos no estabelecimento prisional, os presos deverão ser tratados de maneira igualitária, ostentando os mesmos direitos e deveres, salvo quanto a exigência de individualização da pena”.²⁸

Em se tratando do princípio fundamental da limitação das penas, Greco²⁹ descreve que este princípio teve início em meados do século XVIII, conhecido como Século das Luzes, data em que se deu início às mudanças no que tange as limitações das penas. Greco finaliza dizendo que “Mesmo tratando-se de penas privativa de liberdade, o princípio da dignidade da pessoa humana, que deve orientar toda atividade legislativa do Estado, não poderá deixar de ser observado.”³⁰

Assim, tem-se que a individualização das penas se encontra na Lei de Execução Penal - Lei 7.210/1984 e na Constituição Federal, e consiste que toda pena deverá ser analisada e julgada de forma individual, de acordo com o grau de delito e consequências e, dessa forma, um indivíduo deverá sofrer as sanções somente do crime que ele cometeu, em sua forma individual.

Há que se falar ainda que, momento da prisão deverá ser comunicado à sua família e possíveis dependentes que o indivíduo se encontra preso e que necessita de um advogado para apresentar sua defesa.

Conclui-se que o preso deverá ter um acompanhamento para verificação de que seus direitos estão sendo mantidos e respeitados. Em tese, a LEP (Lei de Execução Penal) traz de forma taxativa todos os direitos e deveres que são assegurados aos presos, além do acompanhamento mensal das condições que se encontra os detentos, este assunto será mais explanado ao logo do decorrer deste trabalho. Embora a realidade não apresente o cumprimento adequado dos direitos mencionados, a lei os garante e cabe ao operador do direito o apelo pela sua correta aplicação.

1.4. TRATADOS INTERNACIONAIS

A internacionalização dos Direitos Dos Homens teve seu primeiro documento normativo com o advento da Convenção de Genebra de 1.824, sendo fundada, desde então, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, no ano de 1980, como explica André Ramos Tavares.³¹ De forma objetiva, os tratados internacionais surgiram com o objetivo de assegurar de forma externa os direitos internos, ou seja, o acordo realizado entre um país e outro deverá acima de qualquer característica do indivíduo, garantir que seus direitos sejam respeitados. Dentre esses tratados estão o Tratado de Arbitragem, de Paz, de Navegação, dentre outros.

Entretanto, ressalta-se que neste trabalho não serão apresentados e explanados todos os tratados acima citados. O discorrer será somente sobre os Tratados que, de alguma forma, estão intimamente ligados ao direito do preso. Entre esses tratados e regras de Direito Internacional estão o Pacto San José da Costa Rica, as Regras de Mandela, Regras de Bangkok e Regras de Tóquio.

Os Tratados Internacionais têm, como regra de formação, primeiramente, a negociação e assinatura do Presidente da República, logo depois o Congresso faz a apreciação do tratado e, caso seja aceita através de processo legislativo próprio, deverá ser feita a ratificação deste tratado que só poderá ser feita pelo Presidente da República. Ratificado o tratado, este terá valor no plano externo, podendo ser cobrado qualquer momento, para que tenha validade no plano interno são necessárias a promulgação e a publicação no Diário Oficial da União. Uma vez promulgado este tratado internacional dentro do nosso ordenamento, ele se torna uma lei ordinária. É o que prevê o parágrafo §3º, do artigo 5º da Constituição Federal:

§3º Os tratados e convenções internacionais sobre os direitos humanos que forem, aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº45, de 2004 (Atos aprovados na reforma deste parágrafo). ³²

A Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida de forma popular como O Pacto San José da Costa Rica elenca, em seus inúmeros artigos, direitos e deveres de forma semelhante a Constituição Federal de 1988. Entretanto, tal pacto não trata o indivíduo levando em consideração a sua nacionalidade e sim, como pessoa humana, se fazendo necessária a garantia tanto na forma interna, nacionalmente, quanto na forma externa, nas demais nações, todos esses direitos e deveres.

Entre os principais legados do Pacto de São José está a criação do sistema Comissão Interamericana de Direitos Humanos/Corte Interamericana de Direitos Humanos, destinada a avaliar casos de violação dos direitos humanos ocorridos em países que integram a Organização dos Estados Americanos (OEA), que reconheçam sua hierarquia. Quando ocorre um abuso referente à matéria de Direitos Humanos em qualquer um dos países, e o governo deste permaneça inerte, é dada a oportunidade ao ofendido de fazer sua denúncia à comissão, que levará o caso à corte, para que seja julgado.

Mazuolli conceitua a Corte Americana de Direitos Humanos “ A Corte Interamericana de Direitos Humanos é o órgão jurisdicional do sistema interamericano que resolve sobre os casos e violação de direitos humanos perpetradas pelos Estados-partes da OEA e que tenha ratificado a Convenção Americana”.³³

Além da Convenção Americana acima explanada, e as regras internacionais como as Regras de Bangkok, Regras de Mandela e Regras de Tóquio, também existem as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, expressa na Resolução nº14, que contem ao todo 65 artigos, que serão inseridos de forma breve e objetiva ao logo deste trabalho, cujo intuito é expor os direitos assegurado aos presos, com fundamento nos dispostos acima.

As Regras Internacionais de Direitos Humanos, conta com a Regra de Bangkok que falando, de forma conceitual, são regras que como as demais, foram celebradas no âmbito das Nações Unidas, no ano de 2010, e tem como prioridade destacar a necessidade das mulheres presas. Em sua segunda Regra há uma explanação sobre a forma de ingressar a reeducanda com criança ao sistema carcerário, devido a sua vulnerabilidade em virtude do momento vivido, devendo ser garantido à elas, no momento de ingresso, o direito a comunicação a algum familiar, direito a assistência jurídica e informação clara sobre sua prisão, além da higiene pessoal, serviços e cuidados a saúde, segurança e vigilância, contato com o mundo exterior.³⁴

Quando refere-se as Regras de Mandela é nítido que o principal objetivo é a melhoria no sistema carcerário e uma garantia de tratamento digno ao preso, buscando estabelecer bons princípios e boas práticas no tratamento dos mesmo, que deve ser um tratamento sem torturas e sem atitudes degradantes, no que diz respeito as acomodações, as Regras de Mandela estabelecem que todos os ambientes usado pelos presos, devem satisfazer as exigências e saúde, outra regra estabelecida, são as revistas íntimas que deverão ser realizadas de forma séria e profissional. Em relação as presos com transtornos mentais ou problemas e saúde, devem contar com tratamento psiquiátrico.³⁵

Já as Regras de Tóquio, tem como princípios básicos a promoção do uso de medidas não privativas e liberdade, além das garantias mínimas para os indivíduos submetidos a medidas substitutivas ao aprisionamento.³⁶ Tais regras devem ser aplicadas a todos os indivíduos acusados, julgados ou em fase de execução de sentença. O principal argumento destas regras é que o indivíduo só deverá ser submetido ao encarceramento, após esgotas as medidas cabíveis não privativas de liberdade, além do que defende que a sociedade como um todo deverá contribuir para ressocialização do indivíduo, ou seja, deverá colaborar na volta do mesmo para suas atividades sociais.

O Brasil ainda conta com as Regras de Tratamento Mínimo dos Presos que traz os direitos do indivíduo enquanto detento, o mesmo deverá ser chamado pelo nome, devendo ser respeitada sua crença e religião, sua individualização, sua integridade física e sua dignidade pessoal, além do que o preso não poderá em hipótese alguma ser admitido no sistema prisional sem ordem legal de prisão, o registro

deverá contar com os dados pessoais do preso, data e hora que o mesmo ingressou, além do nome da autoridade competente que determinou tal prisão, a família do preso deverá ser informada imediatamente sobre a prisão com todas as informações a ela relacionada. Em seu capítulo III³⁷ a resolução traz o direito do indivíduo quanto a separação dos detentos, devendo ser por sexo, idade, situação judicial e legal, quantidade de pena a ser cumpria, regime de execução, dentre outros que deve atender o princípio da individualização da pena, considerando ainda que as mulheres devem cumprir sua pena em estabelecimento próprio, além do direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação deles.

As Regras de Tratamento Mínimo também elencam sobre os locais destinados aos presos, sobre a alimentação, exercícios físicos, serviços de saúde e assistência sanitária, ordem e disciplina para uma boa convivência, meios de coerção que, caso seja mulher, deverá ser deslocada por uma policial ou servidora pública, também ressalta sobre o contato com o mundo exterior, sendo garantido ao preso o direito a visita de amigos e familiares, a educação, assistência religiosa e moral, assistência jurídica, notificações sobre falecimento, acidente ou doença de pessoas próximas ao detento, além da preservação de sua vida e sua imagem. Conclui-se que todos as Regras e Tratamentos mencionados, atuam de forma complementar ao outro.

2. DAS PENAS NO BRASIL

É entendido como pena, toda sanção que fora imposta pelo Poder Público à um autor de uma infração penal. De acordo com Jesus a pena “é a sanção afluiva imposta pelo Estado, mediante ação penal, ao autor de uma infração (penal), como retribuição de seu ato ilícito, consistente na diminuição de um bem jurídico”.³⁸ Insta salientar, de acordo com o afirmado pelo autor de que só é imposta uma sanção quando prevista em lei de ato infracional, consistente como sendo crime.

Quando o Estado impõe uma sanção que consiste na perda ou restrição de bens jurídicos é exclusivamente em retribuição a sua conduta na infração, com o intuito de se prevenir delitos novos, com esse entendimento, Dotti ensina o conceito de pena como sendo “[...] a sanção imposta pelo Estado, através de previsão legal específica e consistente na perda ou restrição de bens jurídicos do responsável pela infração, em retribuição a sua conduta e para prevenir novos ilícitos”.³⁹

Com essa concepção pode afirmar que a pena é a única maneira que o Estado tem de punir o infrator/delinquente pelo ato que o mesmo cometeu, com o intuito de prevenir novos delitos ou fatos

ilícitos que vem a ser praticado pelo mesmo. Ou seja, o Estado entende que punindo-o, evitará práticas ilícitas.

Nesta mesma senda, Prado também define o conceito de pena, como sendo uma “[...] privação ou restrição de bens jurídicos, com lastro na lei, imposta pelos órgãos jurisdicionais competentes ao agente de uma infração penal, prevista em lei e aplicada, pelo Órgão Judiciário, a quem praticou ilícito penal’.⁴⁰

Pode-se concluir com isso que a imposição de penas priva ou restringe alguns bens jurídicos, que fora imposta por um agente responsável de um órgão jurisdicional à uma pessoa que praticou uma infração penal, prevista em lei.

Fragoso explica de uma outra maneira a característica retributiva que a pena imposta pelo Estado tem sobre o agente infrator, afirmando que a pena:

[...] consiste na perda de bens jurídicos, que podem ser a liberdade ou o patrimônio. Infringir a lei penal é fazer ou não fazer, o que a mesma manda. Assim, crime, delito ou contravenção são infrações penais, isto é, fatos ilícitos penais, significando aquilo que é ou foi feito por ação ou omissão, em desacordo com os ditames da lei.⁴¹

De acordo com o autor, fica ressaltado ainda que a pena tem uma essência retributiva, pelo fato de ser um ‘mal’ imposto como castigo a quem infringe a lei, pena esta que será imposta somente mediante lei e por Órgão Judiciário competente.

É importante ressaltar que Nucci ensina que a pena é:

[...] sanção imposta pelo Estado, através da ação penal, ao criminoso, cuja finalidade é a retribuição ao delito perpetrado e a prevenção a novos crimes
[...] O art. 59 do Código Penal menciona que o juiz deve fixar a pena de modo a ser necessária e suficiente para reprovação e prevenção do crime.⁴²

Conforme o próprio conceito de pena do Direito Penal está inerente à ela alguns princípios muito importantes, que se deve ser ressaltando aqui neste trabalho. Insta salientar que no artigo 5º, XLV da Constituição Federal de 1988 fica garantido que a pena não passa da pessoa do delinquente, tendo em vista que apenas o mesmo poderá ser responsabilizado pela pena, chamado de Princípio da Personalidade.

A evolução repressiva da pena se mostra em diferentes etapas e por meio de várias culturas e civilizações durante os anos, tendo em vista que as formas de punir também se adequavam as normas vigente, conforme Telles ensina que “ O pensamento sobre as teorias da pena não se iniciou na

modernidade. Desde os primórdios da filosofia, este tema é pensado e repensado, haja vista sua relevância social, filosófica, política, psicológica e, até mesmo, econômica.^{43''}

Sendo assim é importante se concluir que em um primeiro momento, chamado de período de vingança privada, era o sentimento que provocava e impulsionava a justiça. Ou seja, o culpado era punido pela própria vítima ou pela família dela, momento no qual a sociedade muitas vezes também se unia na depreciação do acusado.

As regras de convívio na vingança privada era uma forma de proteção própria, ou dos grupos que faziam parte do convívio, ou valoração de conduta que vinha a ser punida como forma de uma defesa privada, advinda da própria vingança. Masson explica que: “Era uma vingança entre grupos, eis que encaravam a infração como uma ofensa não relacionada diretamente à vítima, mas, sobretudo ao grupo que pertencia”.⁴⁴

Neste mesmo sentido Mirabete ensina que:

Se o transgressor fosse membro da tribo, podia ser punido com a “expulsão da paz” (banimento), que o deixava a mercê de outros grupos, que lhe infligiam, invariavelmente, a morte. Caso a violação fosse praticada por elemento estranho à tribo, a reação era a “vingança de sangue”, considerada como obrigação religiosa e sagrada, “verdadeira guerra movida pelo grupo ofendido àquele a que pertencia o ofensor, culminando, não raro, com a eliminação completa de um dos grupos.”⁴⁵

Sendo assim, a relação de proporcionalidade acabava por não existir entre a pena infringida pelo agressor e a ofensa feita, havendo uma enorme desproporção e injustiça. Insta salientar também que a punição imposta ao infrator poderia também atingir pessoas próximas, até mesmo um grupo inteiro.

Em um segundo momento, a pena passou pelo período da vingança divina, que impunha aos indivíduos normas de conduta provenientes, supostamente, de preceitos divinos. Momento no qual o Estado e Igreja se confundiam no exercício do poder e o crime era tido como um pecado que feria diretamente o poder Divino, atingindo a ira de uma entidade divina. Sendo que os sacerdotes⁴⁶ eram os agentes que puniam os infratores desta época.

Neste diapasão, Noronha ensina-nos sobre as penas que eram impostas pelos sacerdotes “ É o direito penal religioso, teocrático e sacerdotal. Um dos principais códigos é o da Índia, de Manu (mânava, dharma, sastra). Tinha por escopo a purificação da alma do criminoso, através do castigo, para que pudesse alcançar a bem aventurança.”^{47''}

Sendo assim, o único objetivo desta época de justiça divina era a purificação da alma do infrator, acreditando a própria igreja e seus sacerdotes de que o castigo imposto a eles poderiam leva-los a bem aventuras com Deus. Momento no qual o Direito Penal acabou surgindo da própria religião, sendo na mesma época que surgiu as ideias de privação de liberdade a indivíduos como pena.

Já em lugares como a China, Babilônia, Israel, Grécia e Roma, acabaram por utilizar formas cruéis de castigo para os infratores, como enterramento em vida, retirada dos olhos, apedrejamento, envenenamento, derramamento de chumbo derretido, retirada do sangue, esquartejamento. A pena de morte eram oferecidas de formas bárbaras aos patrícios, plebeus e aos escravos, insta ainda salientar que nas arenas em Roma, o imperador Nero soltava feras para devorar os cristãos pecadores.⁴⁸

Com o fortalecimento do Estado, a composição e a vingança individual foram dando espaço ao poder punitivo estatal. Por volta do ano 200 a.C. as penas foram abrandadas e a pena de morte deixou de ser dominante. O Cristianismo exerceu grande influência na moderação das punições cruéis, devido ao valor dado à vida.

E nesse sentido, Masson ensina em sua obra que “ Com a evolução política da sociedade e melhor organização comunitária, o Estado avocou o poder-dever de manter a ordem e a segurança social, conferindo a seus agentes a autoridade para punir em nome de seus súditos.”⁴⁹

Mesmo com Igreja Católica e seus Sacerdotes e seus inúmeros esforços, o Estado conseguiu tomar seu poder em suas mãos para manter a ordem social e a segurança social para punir, sendo assim o apogeu da repressão, momento no qual as penas de tortura foram sumindo, surgindo assim o período que chama-se de vingança pública.

Neste momento, o Estado passa a intervir como representante da coletividade e em tese sem interesse no conflito, podendo assim decidir de forma impessoal em sua análise do conflito, mesmo que seja de maneira arbitrária.⁵⁰

Sendo assim, foram surgindo vários tipos de penas com o tempo e com a evolução histórica do Brasil, Bittencourt explicou a divisão das penas da seguinte maneira:

Penas privativas de liberdade, que se subdividem em reclusão e detenção. E Penas restritivas de direito, que se subdividem em prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de outra natureza (inominadas), limitação de fim de semana, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos.⁵¹

Pode-se ver no artigo 5º, inciso XLVI da Constituição Federal de 1988, que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;

Depois desta evolução a com a divisão de tipos de penas, é de extrema importância analisar neste trabalho, os tipos de penas que existem no ordenamento jurídico brasileiro.

2.1 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

Como já explicado acima, deve-se adentrar nesse tópico nas penas privativas de liberdade, que se subdivide em reclusão e detenção, existindo algumas diferenças entre as mesmas, que são explicadas por Nucci em sua obra:

[...] a) a reclusão é cumprida inicialmente nos regimes fechado, semiaberto ou aberto; a detenção somente pode ter início no regime semiaberto e aberto (art. 33, caput, CP); b) a reclusão pode acarretar como efeito de condenação a incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos [...].⁵²

Nucci ainda ressalta outra grande diferença que se reflete do Processo Penal:

Há ainda, algumas diferenças refletidas no processo penal, tais como a proibição de fiança aos delitos apenados com reclusão, cuja pena mínima cominada for superior a dois anos (art. 323, I, CPP), o que acaba gerando outros efeitos, como o caso da intimação da sentença de pronúncia, que deve ser pessoalmente feita ao réu, quando se tratar de delitos contra a vida apenados com reclusão (art. 420, I, CP).⁵³

Ressalta-se que que o condenado a pena privativa de liberdade no regime fechado pode prestar serviços para o presídio, conforme orientação de Nucci que [...] somente é admissível no regime fechado, em serviços ou obras públicas realizados para os órgãos da administração direta ou indireta, em regra; eventualmente, pode ser feito em entidades privadas, desde que sob vigilância.⁵⁴

Sendo assim, resta claro que em serviços públicos e obras que são realizadas para órgãos de administração direta e indireta, podem somente ser feito em entidades privadas, por meio de vigilância, quando os presos se encontra em regime fechado.

Existindo ainda, além do trabalho externo, saídas temporárias, sem fiscalização direta, somente para frequência de curso supletivo profissionalizante, conforme Nucci alerta em sua obra:

Segundo a lei, o trabalho externo é admissível, em caráter excepcional. As saídas temporárias, sem fiscalização direta, somente poderão ser feitas para frequência a curso supletivo profissionalizante ou de instrução do segundo grau ou superior, na comarca do Juízo da Execução (art. 122, II, LEP).⁵⁵

Pode-se afirmar que o trabalho externo só pode ser admitido em caráter de extrema excepcionalidade, restando importante salientar ainda que as saídas temporárias somente são feitas na comarca do Juízo de Execução.

2.2 – PENA RESTRITIVA DE DIREITO

As penas restritivas de direito são como se fossem penas alternativas, tendo em vista que tem por finalidade evitar que presos por infrações mais leves convivam com presos de infrações mais sérias, como homicídio ou até mesmo tráfico, promovendo, assim, sanções que os privem de certos direitos, sendo assim uma espécie de fuga de pena. Nucci ensina que:

São sanções penais autônomas e substitutivas. São substitutivas porque derivam da permuta que se faz após a aplicação, na sentença condenatória, da pena privativa de liberdade. Não há no Código Penal, tipos incriminadores prevendo no preceito secundário, pena restritiva de direito.⁵⁶

Existindo cinco modalidades das penas restritivas de direito que ficam especificadas no artigo 43 do Código Penal, que são as Prestação Pecuniárias que consiste no pagamento em dinheiro feito a vítima e seus dependentes ou a entidade pública, tendo destinação social, não inferior a um salário mínimo nem superior a 360 salários mínimos, a perda de bens e valores que refere-se a uma transferência para o Fundo Penitenciário Nacional, de bens que foram adquiridos licitamente pelo condenado, além da Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas que vem a ser uma atribuição de tarefas gratuitas ao condenado junto a entidades assistenciais, hospitais, orfanatos e outros estabelecimentos similares, em programas comunitários ou estatais, vale ainda ressaltar que o juiz só fixará essa pena quando estiver previsto em lei e o mesmo vem a ser réu primário.⁵⁷ Já a Interdição temporária de direitos a mais autêntica por ter a finalidade de impedir o exercício de determinada função ou atividade por um período determinado, para punir o agente do crime de frequentar determinados lugares ou inscrever-se em concursos públicos.

No que tange a limitação de fim de semana consiste na obrigação do condenado de permanecer, aos sábados e domingos por cinco horas diárias, em casa do Albergado ou lugar adequado, a fim de participar de cursos e ouvir palestras, bem como desenvolver atividades educativas. Já a pena de

Multa é uma sanção penal e não um tributo, tendo em vista que consiste na imposição de obrigação de pagar ao fundo penitenciário ao condenado, determinada quantia em dinheiro, atingindo o patrimônio do condenado, na forma de dias-multa. Podendo ser uma punição única (Lei de Contravenções Penais – Decreto-lei nº 3.688/41) ou aplicada cumulativamente com a pena privativa de liberdade.

2.3 – REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

O Brasil, na maior parte de sua história, foi bastante influenciado por ditames de outras nações. Recebeu muita influência da legislação portuguesa, especialmente das ordenações Filipinas, e, por essa razão, eram utilizadas penas extremamente cruéis, de tortura, açoite, morte, além de oferecerem tratamento diferenciado ao delinquente conforme o sexo e a posição social.⁵⁸

O Brasil passou por uma estrutura enorme de ferramentas para se promover o controle social, com o objetivo apenas de punir aqueles que descumpriram o que o ordenamento jurídico pátrio determina. Insta salientar que vem a ser de certa forma público e notório, para usar uma forma de exclusão social, onde os apenados vem a ser os mais pobres. Em uma espécie de guerra contra a criminalidade, foram criado os presídios. Neste mesmo sentido, Wacquant ensina que:

[...] instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda - a que se vê, a que causa incidentes e desordens no espaço público, alimentando, por conseguinte, uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente de incômodo tenaz e de inconveniência -, propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela a retórica militar da "guerra" ao crime e da "reconquista" do espaço público, que assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a invasores estrangeiros - o que facilita o amálgama com a imigração, sempre rendoso eleitoralmente.⁵⁹

Com essa ideia, resta claro que quando se tolera sem punição uma pequena infração, esta pode ter a desordem acarretada, criando assim condições que acabam incidindo crimes mais graves.

Ao mesmo que o Estado providencia a redução da criminalidade com a efetiva punição de delitos para os delinquentes, o Estado acaba por pender uma balança só para um lado, ou seja, elevando a comunidade carcerária, sem nenhuma perspectiva de ressocialização para os apenados, aumentando também o número de presídios no país e reduzindo ainda mais a assistência a comunidade carente e mais pobre do país.⁶⁰

Em vários países, a justiça penal auxiliou a redução gradativa da justiça social, momento no qual o Estado se vale pela segurança da sociedade, afirmando ainda que se a polícia não puder cuidar dos mais pobres, caberá somente a Deus.⁶¹

Paravini descreve como encarceramento em massa, explicando claramente em sua obra:

É o governo político hoje dominante dessa transformação o que impõe como ideologicamente preferível “exc uir” que “inc uir” certamente não porque tenha poder para controlar socialmente todos os excedentes utilizando-se da repressão penal e prisional, mas porque a resposta dada pela criminalização da pobreza é simbólica e, portanto, pedagogicamente coerente com a conhecida necessidade de afirmação das virtudes neoliberais: uma sorte de puritanismo cultural que determinaria a produção contínua das “cruzadas mortais” que se refletem nas políticas criminais, das que a drugwar da segunda metade do anos 70 marcaria tanto a epifania quanto o modelo paradigmático, no qual foram se inspirando todas as políticas que apelam à necessidade de elevar a moral dos costumes, inclusive por intermédio de uma forte recuperação da ideia de merecimento de castigo.⁶²

Com isso pode-se concluir que é dominante e ideologicamente preferível para os presídios excluir da sociedade o apenado, do que incluí-lo novamente, ressocializando-o, utilizando de uma repressão penal e prisional.

A Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), surgiu apenas com o intuito de tornar efetiva as sentenças ou decisões criminais, com as devidas disposições e proporcionar condições para que haja harmonia e integração social do condenado ou do internado conforme o artigo 1º da referida lei: A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.⁶³ Acerca desta lei, Marcão ensina de forma coerente que:

‘Nada obstante o tempo decorrido desde o início de sua vigência, a Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal) ainda pode ser considerada um excelente conjunto de regras executórias – um raro exemplo diante do péssimo emaranhado de leis penais e processuais penais produzidas no Brasil, onde o legislador ordinário insiste em ser muito mais ordinário que técnico, chegando muitas vezes a produzir verdadeiras aberrações normativas, como facilmente podemos identificar na produção legislativa a partir do início da década de 1990.⁶⁴

De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), penitenciária é o presídio que abriga condenados sujeitos à pena de reclusão, em regime fechado (art. 87 da LEP⁶⁵), onde deve haver cela individual, com dormitório, aparelho sanitário e lavatório, em local salubre e área mínima de seis metros quadrados (art. 88 da LEP). Devem ficar afastadas do centro urbano, mas não tão distantes a ponto de impedir o acesso de visitas (art. 90 da LEP). Nas penitenciárias femininas, haverá seção para gestante

e parturiente, bem como creche para assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa (art. 89 da LEP).

O estabelecimento destinado ao cumprimento de pena no regime semiaberto é a chamada colônia agrícola, industrial ou similar (art. 91 da LEP). Os alojamentos devem ser coletivos, mas salubres, sem que haja superlotação. O regime semiaberto foi adotado em diversos países, e foi importante para tirar um grande número de detentos das prisões.

Esse tipo de prisão, porém, enseja grande facilidade de fuga e destina-se, sobretudo, a presos oriundos das zonas rurais, pois aqueles oriundos das cidades não conseguem se adaptar à vida no campo. O art. 33 do Código Penal Brasileiro também determina que a execução da pena no regime semiaberto deve ser cumprida em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.⁶⁶

Além da falta de vagas, o regime semiaberto é um fracasso também pela quantidade de fugas. Nos últimos 16 anos (1999 a 2015), levantamento realizado pelo Ministério Público confirma que a cada duas horas um preso do regime semiaberto foge das casas prisionais no Rio Grande do Sul. Foram, no total, 1.864 fugas do regime fechado, 21.538 fugas do regime aberto e 67.173 do regime semiaberto.⁶⁷

A Secretaria de Segurança Pública investiu no monitoramento eletrônico por meio das tornozeleiras, a fim de controlar os presos à distância, em casa, o que nunca aconteceu, principalmente por motivos financeiros. Em maio deste ano, o Supremo Tribunal Federal determinou que as tornozeleiras poderiam ser usadas nos presos que estivessem cumprindo pena em prisão domiciliar aguardando vagas em albergues, e, na falta do equipamento, ficariam em casa sem monitoramento até que os governantes adquirissem mais tornozeleiras.

O artigo 36 do Código Penal Brasileiro ensina sobre o regime aberto, com enorme clareza:

Art. 36 - O regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado.

§ 1º - O condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, freqüentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.

§ 2º - O condenado será transferido do regime aberto, se praticar fato definido como crime doloso, se frustrar os fins da execução ou se, podendo, não pagar a multa cumulativamente aplicada.⁶⁸

O regime aberto poderá ser cumprido em recolhimento domiciliar nos casos do art. 117 da LEP: se o condenado for maior de 70 anos, se acometido por doença grave, se condenada com filho menor ou deficiente físico, ou mental, ou se gestante.

O regime aberto é constituído de um estabelecimento onde os presos se recolhem à noite para dormirem, enquanto trabalham ou estudam fora durante todo o dia. Quanto aos fins de semana e feriados, permanecem nesse estabelecimento, que mais se parece com uma residência simples. Esse tipo de prisão permite que o condenado cumpra sua pena como se estivesse em liberdade, permitindo-lhe trabalhar e estudar.

Os artigos da Lei nº 7.210/1984, que tratam do regime aberto e que são de suma importância para este trabalho como por exemplo o artigo Art. 49 que traz os 03 (três) tipos de faltas punitivas dentro da execução da pena, sendo elas divididas em faltas leves, médias e graves, ressalta-se que em casos de tentativas a punição será correspondente a falta consumada. Conforme taxado no artigo 50 caberá falta grave em casos de descumprimento durante a execução do regime semiaberto de alguma condição exposta, um exemplo de tal falta é a falta não justificada do reeducando, caso ele não retorne para dormir no Estabelecimento Prisional e não justifique é considerado falta e consequentemente falta grave.

Além das faltas, a LEP também traz as formas e condições para que o reeducando ingresse no regime semiaberto, o art. 114 discrimina quais são os tipos de condenados que poderão ingressar no regime semiaberto, sendo eles aquele que estiver trabalhando ou comprovar que irá iniciar tal feito imediatamente, aquele que comprovar que irá se encaixar as disciplinas de tal regime, cabe evidenciar que tal regime assim como os outros tem a possibilidade de regressão de regime quando o condenado praticar fato definido como crime doloso ou falta grave durante o cumprimento da pena (art. 118 da LEP), após trânsito em julgado da decisão condenatória (Súmula 526, STJ)⁶⁹, se a decisão for incompatível com o regime em que estiver cumprindo pena. No caso de pena de multa, se esta não for paga, deve ser executada como dívida ativa, mas não pode gerar regressão de regime.

Quando a Lei de Execução Penal foi promulgada, no ano de 1984, sua única finalidade era efetivar de certa forma, todas as decisões e sentenças criminais, proporcionando uma integração social do condenado de forma harmônica na sociedade.

Para que os condenados adquiram os benefícios, como progressão de regime, remição de pena, indulto, entre outros, o mesmo deve cumprir uma série de requisitos, além de cumprir um certo lapso temporal, de acordo com sua pena imposta, e um dos requisitos é um bom comportamento dentro da penitenciária sem cometer faltas graves, registrado pelo diretor prisional. Neste diapasão, Capez (2011, p. 392)⁷⁰, ensina que:

[...] para que haja um bom comportamento na prisão, o condenado deve preencher uma série de requisitos, como: autodisciplina, senso de responsabilidade e esforço voluntário, participando de atividades em conjunto, para que sua integração social seja de grande valia para o presídio.

A prática de falta grave disciplinar atrapalha e muito, a expectativa de reintegração na sociedade sem favor do condenado, tendo em vista que quando comprovada a devida falta grave, comprova-se também uma falta de responsabilidade com o programa carcerário de benefícios e bom comportamento.

Quando o condenado acaba por praticar uma falta grave, vê sua oportunidade de ressocialização na sociedade ameaçada, tendo em vista que haverá uma mancha em seu comportamento carcerário, afetando a aquisição de benefícios, por falta de critério subjetivo para obtenção de tal benefício.⁷¹

Dessa forma, a falta grave disciplinar na penitenciária, acarreta em enormes prejuízos para o sentenciado, tendo em vista que o mesmo pode vir a perder vários benefícios, até mesmo a remição de pena ou progressão de regime, podendo obter com o bom comportamento, a ressocialização fora do presídio.

Tem-se por finalidade persistir pela democracia e pelas regras constitucionais, lembrando sempre da importância do Direito Penal no ordenamento jurídico pátrio, percebendo ainda que o Estado deve somente recorrer a pena quando a ordem jurídica não tem outros meios para coibir tal infração, tendo em vista que ocorre outros meios para se combater a criminalidade.

É de grande importância salientar que uma das principais finalidades da pena é ressocializar o sentenciado, com a intenção de mostrar para o mesmo que o crime não compensa, que nada mais vale que sua liberdade, demonstrar ainda que existe um mundo em sociedade melhor que o mundo na penitenciária, podendo ainda proporcionar ao mesmo a inserção na sociedade por meio de apoios de empresas para fornecer trabalhos ao sentenciados do regime semiaberto.

3. REGIME SEMIABERTO

Para dar início ao estudo deste capítulo é de grande valia informar que todo preso tem por direito avançar em seu cumprimento de pena, saindo do regime fechado para o regime semiaberto, e deste para o aberto, quando cumprir todos os requisitos. Tal direito tem como principal objetivo recuperar os sentenciados e inseri-los novamente aos poucos na sociedade, com a esperança de que não cometam mais infrações.

Existe na Lei de Execução Penal, uma subdivisão de regimes de cumprimento de pena, que são 3: Regime Aberto, Semiaberto (que será tratado neste capítulo) e o fechado. Portanto, para não perder o primordial objetivo que é tratar do regime semiaberto, que vem a ser explicado pelo Capítulo III da referida Lei, em seus artigos 91 e 92⁷²:

Art. 91. A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto.

Art. 92. O condenado poderá ser alojado em compartimento coletivo, observados os requisitos da letra a, do parágrafo único, do artigo 88, desta Lei.

Parágrafo único. São também requisitos básicos das dependências coletivas:

a) a seleção adequada dos presos;

b) o limite de capacidade máxima que atenda os objetivos de individualização da pena.”

O regime semiaberto e seu cumprimento se inicia quando a sentença penal que condena o réu transita em julgado, tendo em vista que a mesma se torna um título executivo criminal, onde a pena se impõe na sentença de mérito pelo juiz. Conforme ensina Capez, “[...] é um verdadeiro título executivo na esfera criminal, pela qual se executa a pena imposta na sentença de mérito.”⁷³

Com isso, é de fácil percepção que o cumprimento de pena, quando se trata de regime semiaberto, deverá ser cumprido conforme disposto no ordenamento jurídico, que determina que o condenado esteja em estabelecimento industrial ou similar ou Colônia Agrícola. Insta salientar que o surgimento do regime semiaberto foi um grande avanço em termos de garantias fundamentais ao ser humano, tendo em vista o período de ditadura que o Brasil se encontrava no ano de 1984.

Neste diapasão, é de suma importância não esquecer os ensinamentos de Costa (2013, p. 189) sobre o regime semiaberto:

O semiaberto é um porta-giratória, os presos entram e saem a hora que querem. Se não é possível vigilância maior, então que passem mais tempo no regime fechado. Em geral, assaltante é condenado a cinco anos e quatro meses. Isso significa pouco mais de um ano no fechado. Deveriam ficar mais tempo, três anos e meio, por exemplo, para dar mais tranquilidade à sociedade e mais tempo para a polícia trabalhar em outros casos e não ter de prender três, quatro vezes, a mesma pessoa — diz o delegado Guilherme Wondracek, diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais.⁷⁴

Além da falta estrutural, outro problema é sem dúvida o papel ineficaz da legislação, que possui penas até razoáveis, porém é um ledor engano pensar que um condenado cumprirá a sua pena na totalidade, e infelizmente muitos veículos de comunicação não informam isso para a sociedade, aumentando ainda mais a sensação de impunidade e as crescentes reclamações referentes ao prende e solta, é

certo que o preso não pode ser abandonado no cárcere, contudo é irrisório pensar que alguém condenado a 6 anos ficar somente 1 ano preso.

Ressalta-se que na detenção o regime inicial sempre será o semiaberto, só sendo permitido regime inicial fechado em casos de regressão, começando assim, conforme disposto em artigo 33 do Código Penal, obrigatoriamente em regime semiaberto.

Sobre este conteúdo, Capez⁷⁵ ensina que:

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que o regime inicial de cumprimento da pena de detenção deve ser aberto ou semiaberto, até porque assim prevê a lei, de acordo com o dispositivo legal mencionado, contudo, é admitido o regime fechado em caso de regressão.

Vale ressaltar que mesmo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o regime inicial de cumprimento de pena, se o juiz deixar de fixar o regime inicial ao apenado, gerará apenas mera irregularidade e não nulidade processual. Figueiredo ensina com clareza sobre esse tema, que ainda que o juiz fixe a pena no mínimo legal, isso não impede a aplicação no regime mais severo, desde que permitido por lei, já que no caso de reclusão pode fixar no fechado e na detenção no semiaberto, independente do *quantum* de pena aplicada.⁷⁶

No ano de 2012, o aparelhamento que consistiu na inclusão do monitoramento eletrônico, com as tornozeleiras, vieram para auxiliarem no cumprimento de pena de presos condenados apenas no regime aberto ou que se encontravam sob ação de medida protetiva da Lei Maria da Penha.

O sistema prisional brasileiro e seus regimes não auxiliam como deveriam na ressocialização ou reeducação do preso em sociedade, tendo em vista que grande parte da população carcerária voltam a cometer tais crimes, tornando de certa forma reincidente, aumentando com isso a população carcerária, restando assim frágeis todas e quaisquer medidas adotadas para ressocializar, conforme Gargalos Cárcere ensina:

Segundo pesquisa do IPEA, utilizando dados do CNJ, demonstrou que 70% dos presos condenados voltam a delinquir, tornando-se reincidentes, demonstrando que a medida que a população carcerária só aumenta, aumentam também os índices de criminalidade, tendo em vista que ao surgirem “novos” criminosos, os antigos criminosos continuam a existir e a cometer crimes, demonstrando ser insuficientemente frágeis as medidas adotadas para que se realize o mínimo necessário para a ressocialização dos detentos que querem, pois olhando para os 30% que não voltam a cometer crimes, dá esperança e demonstra que é possível diminuir a reincidência delitiva.⁷⁷

É importante afirmar que este título que o Brasil tem de não conseguir ressocializar seus presos e condenados é um capítulo muito amargo para a história do país. O que podemos chamar de fracasso do regime semiaberto é ainda apenas uma pequena parcela da soma de grandes fracassos que o sistema de ressocialização das penitenciárias brasileiras sofrem, tendo em vista que desde 1984, quando surgiu a divisão dos regimes de pena, nada foi feito para melhoria do regime semiaberto.

No artigo 35 do Código Penal se enumera as regras do regime semiaberto, que devem ser cumpridas quando o mesmo for sentenciado com esse regime. Conforme demonstrado abaixo:

Art. 35 - Aplica-se a norma do art. 34 deste Código, caput, ao condenado que inicie o cumprimento da pena em regime semiaberto.

§ 1º - O condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

§ 2º - O trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.⁷⁸

Moraes Silva esclarece um pouco mais sobre o regime semiaberto e seus problemas:

[...] o regime semiaberto, com a orientação do STF, perdeu completamente o sentido, não existem mais motivos para manter somente no papel, um regime que como dito anteriormente, seria o pilar base da recuperação dos presos, mas que não cumpre minimamente com as suas funções, se não existem estabelecimentos penais adequados para o semiaberto, se não existem estabelecimentos penais adequados para o regime aberto, o detendo, praticamente salta indiretamente a progressão de regimes o que é vedado por lei, isso tudo por não existirem estabelecimentos adequados e em quantidades necessárias.⁷⁹

Com essa afirmação, é de fácil percepção que o conceito inicial de regime semiaberto não consegue se cumprir, tendo em vista que o mesmo não consegue se manter como pilar base da recuperação dos presos, sendo que infelizmente, por falta de local adequado para se cumprir a pena, o condenado salta quase que indiretamente a progressão de regimes, que vem a ser extremamente proibido por lei.

Vale ainda ressaltar, por final, que o regime semiaberto se afunda cada vez mais por falta de investimentos e verbas para melhoria de locais adequados e um serviço efetivo de recuperação de presos, com psicólogos, professores e atividade laborativa, que melhoraria a sensação de insegurança do nosso sistema punitivo.

Como a ausência de colônias agrícolas ou industriais ou similares é enorme, os presos não podem cumprir suas penas em lugar adequado. Com isso, o Supremo Tribunal Federal emitiu várias súmulas vinculantes que autorizam os juízes de execução fazer as penas serem progredidas do semiaberto para o aberto ou também para a prisão domiciliar, tais decisões vem sendo tomada e deixando a sociedade

apreensiva, com medo da presença dos sentenciados em seu convívio, tendo em vista que os mesmos ficam em suas casas, por falta de local adequado para o regime semiaberto.

Diferentemente da prática, o apenado continua cumprindo sua sentença condenatória na prática em casa, ao invés de estar realmente cumprindo sua pena em local adequado. Atualmente o mesmo quando está em prisão domiciliar, só pode deixar sua casa para o trabalho ou para os estudos, somente com autorização da Justiça, tendo em vista que o mesmo não se encontra em regime aberto, além de se apresentar ao Fórum uma vez por mês e não podendo viajar para fora da cidade.

3.1 – QUANTIDADE DE PRESOS

Preliminarmente, é importante apresentar que as estatísticas aqui apresentadas são fundadas em dados oficiais apresentados pelo G1 Notícias 80, que demonstra um Raio X do Sistema Prisional Brasileiro no ano de 2019, mostrando uma enorme superlotação e percentual de provisórios em cada um dos Estados.

Os números podem apresentar discrepância, tendo em vista que a coleta de dados depende única e exclusivamente do fornecimento de números oficiais, dado pelas secretarias estaduais.

A partir de tais números, algumas conclusões podem ser atingidas:

Total de presos no Brasil hoje, incluindo homens e mulheres (sistema + polícia): 704.395 (Setecentos e quatro mil, trezentos e noventa e cinco)

Total de presos em regime semiaberto no Brasil hoje: 252.533 (Duzentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e trinta e três). Portanto, 33,62% dos presos no Brasil hoje estão em regime semiaberto

É importante ressaltar o número de presos em cada Estado Brasileiro, para analisarmos qual estado abrange o maior número de presos no regime semiaberto:

Acre - 2.552 presos

Alagoas – 3.316 presos

Amazonas – 3.753 presos

Amapá – 851 presos

Bahia – 7.898 presos

Ceará – 15.893 presos

Distrito Federal – 3.408 presos

Espírito Santo – 8.476 presos

Goiás – 9.481 presos

Maranhão – 5.057 presos

Mato Grosso – 6.321 presos
Mato Grosso do Sul – 4.117 presos
Minas Gerais – 43.386 presos
Pará – 7.715 presos
Paraíba – 4.522 presos
Pernambuco – 10.731 presos
Piauí – 2.517 presos
Paraná – 9.093 presos
Rio de Janeiro – 20.738 presos
Rio Grande do Norte – 3.020 presos
Rio Grande do Sul – 13.902 presos
Rondônia – 1.676 presos
Roraima – 1.047 presos
Santa Catarina – 5.879 presos
Sergipe – 2.061 presos
São Paulo – 53.368 presos
Tocantins – 1.755 presos

É importante ressaltar que 18,9% da população carcerária trabalha, com o número de 139.511 (Cento e trinta e nove mil quinhentos e onze) presos e 12,6% estudam, sendo um número de 92.945 (Noventa e dois mil novecentos e quarenta e cinco) presos.⁸¹

De acordo com os números mostrados acima evidencia-se que nos estados mais habitados é onde se encontrar o maior número de preso, podendo-se chegar à conclusão de quanto mais habitantes, a chance de ser vítima de um crime e o autor do delito ser preso é demasiadamente maior. Em São Paulo, como vimos existe um número de mais de 53 mil presos, enquanto no Amapá o número vem a ser de 851 presos, muito inferior, tendo uma discrepância enorme entre o que abriga mais preso para o estado que menos abriga, devido sua grande parte ao número de habitantes.

3.2 – TRABALHO EXTERNO E TRABALHO INTERNO

O trabalho externo é um direito expresso na Lei de Execuções Penais, que taxa tal feito como uma forma de não privar e nem deixar que o indivíduo que está cumprindo sua pena deixe de ter contato com a sociedade, ou seja, além de ser uma forma de remissão da pena, também é uma forma de ressocialização do mesmo. Conforme esclarece o artigo 28 da Lei de Execuções Penais, o trabalho ofertado ao condenado tem a finalidade educativa e produtiva, nos demais incisos são explanadas as formas com que este trabalho deverá ser considerado e aplicado, ressalta-se conforme fulcro no §2º

da referida Lei, que este trabalho não dá ao preso os direitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O artigo 29 da LEP ressalta que “ O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário.”

No que tange ao trabalho externo o artigo 37 da LEP, deixa claro que a autorização para que o preso realize este tipo de trabalho, deverá partir da direção do estabelecimento, ressalta-se que para que o mesmo obtenha essa autorização deverá ter cumprido no mínimo $\frac{1}{6}$ (um sexto) da pena, além de apresentar aptidão física e bom comportamento, podendo esta autorização ser revogada em casos de falta grave.

Em uma cartilha chamada “ Cartilha mão de obra carcerária” desenvolvida pelo Ministério Público, com o intuito de deixar a sociedade informada sobre a importância do trabalho no meio carcerário, tais são lançadas de forma simples explicativas, como por exemplo este trecho que explana de forma sucinta e clara sobre o período de jornada de trabalho do reeducando, vejamos: “ Os detentos não podem fazer horas extras: a jornada normal de trabalho não pode ser inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas diárias, com o descanso nos domingos e feriados” ⁸²

Dessa forma, é explícito que o trabalho exercido pelo reeducando não deverá ser diferente daquele taxado pela CLT, com exceção dos direitos previdenciários, como dito anteriormente. Os presos que cumprirem o trabalho, terão o benefício de remir a pena, conforme art.126, §1º, I, do Código Penal, a cada 3 (três) dias de trabalho será remido 1 (um) dia de pena.

Vale ressaltar que a jornada de trabalho não poderia ser inferior a 6 horas e nem superior a 8 horas, tendo direito a descanso aos domingos e feriados. Quando o período de atividade laboral excedia o limite máximo de jornada, poderia ser contado para fins de remição, que passava a ser computado em um dia de trabalho a cada seis horas extras trabalhadas pelo condenado.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em um caso apreciado pela Sexta Turma, calculou o tempo de execução de pena a ser remido pelo trabalho, utilizando o divisor em horas, tendo como base a proporção entre a jornada mínima de seis horas, tendo em vista que seria injusto tratar da mesma maneira quem trabalha oito horas diárias e quem trabalha apenas seis horas por dia. Vale ressaltar que tal decisão foi reformada pelo STJ, que restou claro que a remição de um dia de pena para cada três dias de trabalho, não dependia de uma jornada efetiva, mas somente se limitava ao intervalo legal de 6 a 8 horas.

O artigo 37 da Lei de Execução Penal estabelece com clareza a necessidade de cumprimento de um sexto da pena, como um único objetivo para a concessão do trabalho fora do presídio. Superior Tribunal de Justiça entende que mesmo que um sexto da pena não tenha sido efetivamente cumprido, deverá ser concedida ao condenado ao regime semiaberto, uma autorização para o trabalho externo.

3.3 – FALÊNCIA DO REGIME SEMIABERTO E SEUS JULGADOS

O conceito de regime semiaberto no Brasil não consegue se firmar, sendo que não existe um pilar base de recuperação para os apenados, tendo em vista que por falta de local adequado para se cumprir tal pena, conforme determinado por lei, tais condenados acabam progredindo de regime indiretamente, mesmo sendo extremamente proibido por lei.

Este regime acaba por se ruir cada vez mais, tendo em vista a falta de verbas para melhoria dos locais adequados e profissionais adequados para cuidar da ressocialização do mesmo.

Para comprovar a falência do Regime Semiaberto no Brasil, é trazido alguns julgados que impossibilitam que os condenados possam cumprir seu regime da forma como foi imposta em sentença. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul ⁸³concedeu imediatamente prisão domiciliar com monitoramento eletrônico para um condenado em regime semiaberto, afirmando ainda a falência deste regime, tendo em vista a falta de localidades para se cumprir a pena como se determina em lei:

AGRAVO EM EXECUÇÃO. REGIME SEMIABERTO. INGRESSO NO REGIME

E IMEDIATA CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO. IMPOSSIBILIDADE. Não se coaduna com os parâmetros fixados no RE 641.320/RS, a decisão que, concomitantemente, coloca o apenado no regime semiaberto e lhe defere prisão domiciliar. Segundo tese firmada pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, sob o rito dos recursos repetitivos (tema 993), no julgamento do recurso especial representativo da controvérsia (REsp n. 1.710.674/MG), a concessão da prisão domiciliar por falta de vagas pressupõe anterior adoção das providências estabelecidas no RE 641.320/RS, o que não ocorreu na hipótese vertente. Decisão reformada. AGRAVO PROVIDO, POR MAIORIA. (Agravos Nºs 70080335276, Primeira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Honório Gonçalves da Silva Neto, Julgado em 20/02/2019).

(TJ-RS - AGV: 70080335276 RS, Relator: Honório Gonçalves da Silva Neto, Data de Julgamento: 20/02/2019, Primeira Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/05/2019)

O mesmo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul acaba por decidir substituir o regime semiaberto pela prisão domiciliar, alegando a inadequação de estabelecimento penitenciário, confirmando a falência operacional do Regime Semiaberto, pedindo uma urgente regulamentação do caos⁸⁴:

AGRAVO EM EXECUÇÃO (ART. 197 DA LEP). PRISÃO DOMICILIAR SUBSTITUTIVA DO REGIME SEMIABERTO. ALEGAÇÃO DE INADEQUAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO ONDE O APENADO CUMPE PENA. SÚMULA VINCULANTE Nº. 56 DO STF.

REAFIRMAÇÃO. RATIO DECIDENDI. FALÊNCIA OPERACIONAL DO REGIME SEMIABERTO. NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO CAOS. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PARÂMETROS GRADUALIZANTES, PARA TRIAGEM DOS APENADOS A SEREM BENEFICIADOS COM A PRISÃO DOMICILIAR SUBSTITUTIVA DO REGIME INTERMEDIÁRIO.

EFETIVAÇÃO DA ANÁLISE DO MÉRITO DO APENADO, POR MEIO DE APRECIÇÃO DE FATORES COMO PRIMARIEDADE, NATUREZA DOS CRIMES COMETIDOS, EXTENSÃO DA PENA CARCERÁRIA, EXERCÍCIO DE ATIVIDADES LABORAIS E HISTÓRICO DE VIDA CARCERÁRIA.

PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. CASO CONCRETO. DISTINGUISHING FÁTICO-PROBATÓRIO. ADEQUAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO ONDE O APENADO CUMPRE PENA ÀS REGRAS DO REGIME INTERMEDIÁRIO. INOCORRÊNCIA DE ALOJAMENTO CONJUNTO DOS PRESOS DO REGIME SEMIABERTO E FECHADO. ESTABELECIMENTO QUE VIABILIZA A IMPLEMENTAÇÃO E O GOZO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME SEMIABERTO. APENADO CONDENADO PELA PRÁTICA DE CRIMES GRAVE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA VINCULANTE Nº. 56 AO CASO CONCRETO.

IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO INDEFERITÓRIA. AGRAVO IMPROVIDO. M/AG 3.853. - S 28.06.2018 AGRAVO EM EXECUÇÃO (ART. 197 DA LEP).

PRISÃO DOMICILIAR SUBSTITUTIVA DO REGIME SEMIABERTO. ALEGAÇÃO DE INADEQUAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO ONDE O APENADO CUMPE PENA. SÚMULA VINCULANTE Nº. 56 DO STF. REAFIRMAÇÃO. RATIO DECIDENDI. FALÊNCIA OPERACIONAL DO REGIME SEMIABERTO. NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO CAOS. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PARÂMETROS GRADUALIZANTES, PARA TRIAGEM DOS APENADOS A SEREM BENEFICIADOS COM A PRISÃO DOMICILIAR SUBSTITUTIVA DO REGIME INTERMEDIÁRIO. EFETIVAÇÃO DA ANÁLISE DO MÉRITO DO APENADO, [...] IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO INDEFERITÓRIA. AGRAVO IMPROVIDO. M/AG 3.853... - S 28.06.2018 - P 68 (Agravos Nº 70077231413, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Aymoré Roque Pottes de Mello, Julgado em 28/06/2018).

(TJ-RS - AGV: 70077231413 RS, Relator: Aymoré Roque Pottes de Mello, Data de Julgamento: 28/06/2018, Sexta Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/07/2018)

Neste processo, insta salientar ainda que houve uma inoccorrência de alojamento adequado, tendo em vista que o cumprimento do regime fechado e no regime semiaberto, acabava por ser cumprimento no mesmo estabelecimento, ou seja, no presídio, impedindo assim o gozo por benefícios do regime semiaberto ao sentenciado, reafirmando assim a falência do regime semiaberto Já em outro processo⁸⁵, o mesmo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, pede com urgência prisão domiciliar,

por falta de estabelecimento prisional adequado para o regime semiaberto, citando o artigo 117 da Lei de Execução Penal, que permite a prisão domiciliar:

AGRAVO EM EXECUÇÃO. REGIME SEMI-ABERTO. PRISÃO DOMICILIAR. PRESSUPOSTOS LEGAIS. ART. 117 DA LEP. AUSÊNCIA DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. - A prisão domiciliar é admitida nas hipóteses previstas no artigo 117 da LEP, cujo rol comporta interpretação restritiva, sendo insuficiente para a concessão da benesse aos condenados à pena privativa de liberdade em regime semi-aberto o fundamento da ausência ou da precariedade de estabelecimento carcerário compatível na comarca da execução da pena, tendo em vista a prevalência do interesse público na efetivação da sanção penal, em detrimento do interesse individual do condenado. A falência do Estado em manter um sistema prisional apto a segregar o apenado em estabelecimento apropriado não justifica o descumprimento da lei (pela aplicação da determinação contida no art. 117 da LEP fora de suas estritas hipóteses e pela inobservância do regramento próprio do regime semi-aberto) pela adoção de medida que, inclusive, vai de encontro à defesa social, dada a deficiência de controle e fiscalização na obediência das condições usualmente impostas ao apenado. Agravo provido. (Agravo Nº 70057498818, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 18/12/2013)

(TJ-RS - AGV: 70057498818 RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Data de Julgamento: 18/12/2013, Oitava Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 06/02/2014)

Cabe ainda evidenciar que neste processo se afirmar mais uma vez a ausência de estabelecimento adequado para o regime semiaberto, conforme o relator Dálvio Leite Dias Teixeira, dizendo ainda que a prisão domiciliar em casos como esse é admitido conforme hipóteses do artigo 117 da Lei de Execução Penal, afirmando a precariedade do estabelecimento carcerário.

É de suma importância, ressaltar que existem algumas empresas que fazem parceria com o sistema penitenciário para que os sentenciados possam sair para realizarem trabalho externo, como requisito para se beneficiarem depois com remição de pena ou progressão de regime, cumulando com seu bom comportamento.

Os sentenciados do Estabelecimento Penitenciário de Amambai adquiriram a possibilidade de retornar ao trabalho externo remunerado, tendo em vista que tal iniciativa ocorreu de acordo com uma parceria que se firmou entre a Agepen e a empresa que fabrica embalagens, possuindo 50% do seu quadro de funcionários formado por detentos deste presídio, como forma de ressocialização.⁸⁶

Tal empresa se especializou na fabricação de produtos, como galões e garrafas, tendo um foco em embalagens de produto de limpeza, valendo ressaltar ainda que dos sete funcionários de tal empresa, são três os sentenciados pelo regime semiaberto. A inserção de presos no trabalho externo acaba por

possibilitar uma melhor autoestima ao sentenciado, possibilitando ainda o retorno ao convívio social, inserindo-o ao mercado de trabalho, podendo ganhar seu próprio salário e poder salientar todas as suas necessidades, motivando o mesmo a sair da criminalidade.

Existem algumas situações que a regressão de regime da pena privativa de liberdade, se sujeita quando o condenado ou sentenciado, seja transferido para um regime mais gravoso, para cumprir o restante do cumprimento de pena imposto ao mesmo. Tais causas restam claro no artigo 118 da Lei de Execução Penal⁸⁷, conforme descrito abaixo:

Vale ressaltar que o preso tem direito a saída temporária somente quando cumpre pena em regime semiaberto, e que o mesmo tenha cumprido 1/6 da pena total que lhe foi imposta, sendo ainda réu primário, tendo em vista que será de 1/4 quando for reincidente, e o mesmo adquirir uma boa conduta.

Tal pedido de saída temporária deverá ser encaminhado para o Diretor do Presídio, momento no qual, o mesmo será levado para o juiz com a relação dos presos que têm direito a saída temporária, tendo em vista que se o nome do mesmo não estiver na lista, não será liberado para tal saída.

O preso que está sendo beneficiado pela saída temporária não poderá requestrar boate ou bares, e muito menos se embriagar, agindo como se estivesse em liberdade, devendo manter o comportamento em seu trabalho externo, como se estivesse no Presídio, tendo algumas condições, para adquirir tal benefício.⁸⁷

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, a partir do presente estudo, verificou-se a péssima execução e condições do regime semiaberto, além de constatar no primeiro capítulo que os direitos e garantias fundamentais na maioria das vezes não podem ser aplicados, justamente pela precariedade do Sistema Carcerário, que não oferece condições adequadas para a aplicabilidade dos mesmos, sem contar os princípios e garantias violados, um exemplo clássico de não cumprimento dos direitos fundamentais é referente a educação, que por lei é garantida a todos, inclusive aos reeducandos, entretanto, a maioria das Unidades Prisionais principalmente dos interiores, não possuem infraestrutura adequada para oferecer aos detentos o que lhes é garantido por lei, o que não é novidade para ninguém, vez que apesar da bela temática legislativa a aplicação e execução não é o forte deste país.

De acordo com todos os assuntos explanados no primeiro assunto, a infraestrutura de todos os estabelecimentos prisionais deveriam contar com locais voltados para a educação do reeducando,

além da individualização da pena que deveria ser realizada conforme expõe a Lei de Execução Penal, sendo os presos separados pelo crime e sua periculosidade, o que não ocorre na maioria das vezes, haja vista que não há celas suficientes.

Posteriormente o trabalho abrange sobre as penas no Brasil, o grande objetivo das penas impostas pelo Estado, deveria ir além da mera punição ao indivíduo, deveria ser também a preparação para reinserção do mesmo na sociedade, ressocializando-o e o deixando pronto para dar seguimento a sua vida em sociedade. As penas de liberdade, assim como as de direito sempre tiveram como objetivo primordial fazer com que o infrator pagasse pelo seu delito, e de forma secundária que durante este “pagamento” o indivíduo fosse ressocializado, portanto, a grande realidade é que o Brasil falhou completamente nesta missão, vez que o cárcere tornou-se um meio fácil para o crime.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, porém, com ênfase no regime semiaberto, o terceiro assunto mostra de forma estatística e teórica a falta de estrutura em muitos locais, além da superlotação os presídios que é sempre relatado pela mídia, todavia, o principal problema é a forma com é executado o regime semiaberto em algumas unidades prisionais, vez que não são todos os lugares que contam com uma infraestrutura para o cumprimento das penas em regime semiaberto, ocorrendo na maioria das vezes da seguinte forma, o indivíduo vai até o estabelecimento prisional assina a lista que comprova que o mesmo encontra-se na cidade. O que não garante nem de longe a punição prevista pela LEP, onde o certo seria toda unidade prisional contar com celas voltadas para o regime semiaberto, devendo como já dito no terceiro capítulo, o preso ir dormir todos os dias no estabelecimento prisional, além dos finais de semana e feriados. O maior intuito deste trabalho é ressaltar a falha execução o do regime mencionado, mesmo em locais que funcionam de forma correta, há grandes demonstrações de que o insucesso é gritante, a mídia traz diversos casos que o reeducando durante o dia comete vários crimes, dessa forma nota-se que tal regime está longe de ser a solução, além do fato de que muitos locais não contam com o número suficiente de tornozeleiras eletrônicas, quando isso ocorre.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84). Institui a Lei de Execução Penal.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em 29 de março de 2019.

BRASIL. TJ-RS - AGV: 70080335276 RS, Relator: Honório Gonçalves da Silva Neto, Data de Julgamento: 20/02/2019, Primeira Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/05/2019

BRASIL. TJ-RS - AGV: 70077231413 RS, Relator: Aymoré Roque Pottes de Mello, Data de Julgamento: 28/06/2018, Sexta Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/07/2018

BRASIL. TJ-RS - AGV: 70057498818 RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Data de Julgamento: 18/12/2013, Oitava Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 06/02/2014

BRASIL. STJ, Quinta Turma, AgRg no HC 208.334/SP, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 20/06/2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2004.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 2009. 16º Ed. Saraiva: São Paulo.

COMPARATO, Fábio Koder. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DAMÁZIO, Delaine da Silva. O Sistema Prisional no Brasil: Problemas e desafios para o Serviço Social. 2010. 91 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2010. Acesso em: 15 março 2019.

DOTTI, René Ariel. Curso de direito penal. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FIGUEIREDO. Fábio Vieira. Direito Penal: Parte Geral. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FILHO, Ives Gandra Martins. Tratado de Direito Constitucional, v.1.p.251.São Paulo: Saraiva, 2010.

FRAGOSO, Heleno. Lições de Direito Penal: a nova parte geral. 4º ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GARGALOS DO CÁRCERE. Execução penal é falha e deve ser reformada, diz pesquisa do Ipea. 15 de julho de 2015. Disponível em:<<http://www.conjur.com.br/2015-jul-15/execucaopenal-falha-reformada-pesquisa>> e <<http://s.conjur.com.br/dl/pesquisa-ipea.pdf>> Acessos em 10 mai. 2019.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal- Parte Geral. Volume 1. 10º Ed. Rio de Janeiro. 2008.

JESUS, Damásio de. Direito penal. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

- LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Salvador: Juspodivm, 2018.
- MARCÃO, Renato. Execução penal. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MASSON, Cleber Rogério. Direito Penal Esquematizado: Parte Geral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.
- MAZUOLLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- MIRABETE, Júlio Fabrine: Manual De Direito Penal: Parte Geral. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. Editora Atlas. São Paulo. 2014.
- MORAES SILVA, Vanessa Laís de. A ineficiência do regime semiaberto. 2013. Disponível em:<<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/5223/1/RA20866593.pdf>> Acesso em: 19 mai. 2019.
- NORONHA, Magalhães. Direito Penal: Introdução e Parte Geral. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. Prisão: um paradoxo social. 3ª edição revisada – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003, p. 28-33.
- PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. 18º Ed. Editora Atlas. São Paulo.2014.
- PARAVINI, Massimo. A nova penologia e processos de reencarceramento no mundo. In Educação em prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania. Brasília: UNESCO, OEI, AECID, 2009.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. V.1. 5º Ed.2004.
- PRADO, Luis Regis. Curso de direito penal brasileiro. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- ROSENVALD, Nelson. Dignidade humana e boa-fé no código civil. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 51.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional. 6.p 302.Ed.São Paulo: Saraiva, 2017.
- TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional, 3º.Ed. São Paulo, 2006.
- TELLES, Thiago da Nova. Afinal, por que se pune? Prática Jurídica, Ano VII, nº 71, 2008.
- VELASCO, Clara. Monitor da Violência. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2019/raio-x-do-sistema-prisional/> Acessado em 20 maio de 2019.
- WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional. Saraiva. São Paulo. 2017.

FILHO, Ives Gandra Martins. Tratado de Direito Constitucional, v.1. São Paulo: Saraiva, 2010.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013.

Série Tratados Internacionais de direitos Humanos. Brasília. 2016.

Resolução nº14, de 11 de novembro de 1994.